

Acompanhamento e discernimento pastoral das relações familiares segundo o Papa Francisco

Pastoral accompaniment and discernment of family relationships according to Pope Francis

Rafael Cerqueira Fornasier

Resumo

O acompanhamento e o discernimento pastoral na vida matrimonial e familiar na atualidade implicam caminhar, escutar, orientar e ajudar não só nos momentos de crise e em situações de fragilidade, mas sobretudo para se buscar reconhecer e realizar a vontade de Deus no cotidiano da vida, segundo as etapas pessoais de crescimento. O objetivo deste artigo foi aprofundar alguns aspectos de quanto foi refletido na Exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii gaudium* sobre a “arte do acompanhamento” na Exortação apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia* e na Exortação apostólica *Gaudete et Exsultate* sobre o discernimento. Trata-se de uma abordagem qualitativa, empregando uma revisão narrativa de bibliografia. Papa Francisco discorre sobre o tema do acompanhamento dos processos de crescimento pessoal e familiar e comunitário. O discernimento tem nisso um lugar central, levando em conta o papel privilegiado da consciência das pessoas em relação, no contexto familiar, comunitário ou social. Conclui-se que Francisco traz necessários e fundamentados argumentos em vista do discernimento das diversas situações familiares, doravante presentes na vida e na missão da Igreja. Propõe-se, assim, um *estilo cristão de discernimento* como um *modus operandi* eclesial para fins de uma aplicação justa, verdadeira e misericordiosa das normas morais gerais em situações particulares.

Palavras-chave: Acompanhamento. Discernimento. Pastoral. Relações familiares. Papa Francisco

Abstract

Accompaniment and pastoral discernment in married and family life today involve walking, listening, guiding, and helping not only in times of crisis and in situations of fragility, but above all in seeking to recognize and carry out God's will in everyday life, according to personal stages of growth. The purpose of this article was to delve into some aspects of what was reflected in the Post-Synodal Apostolic Exhortation *Evangelii gaudium* on the “art of accompaniment”, in the Post-Synodal Apostolic Exhortation *Amoris laetitia* and in the Apostolic Exhortation *Gaudete et Exsultate* on discernment. It is a qualitative approach, employing a narrative bibliography review. Pope Francis discusses the theme of accompanying the processes of personal, family and community growth. Discernment has a central place in this, considering the privileged role of people's conscience in relation, in the family, community or social context. It is concluded that Francis brings necessary and reasoned arguments in view of the discernment of the different family situations, henceforth present in the life and mission of the Church. Thus, a Christian style of discernment is proposed as an ecclesial *modus operandi* for the purposes of a fair, true, and merciful application of general moral norms in particular situations.

Keywords: Accompaniment. Discernment. Pastoral. Family relationships. Pope Francis

Introdução

O acompanhamento e o discernimento pastoral na vida matrimonial e familiar na atualidade, no seio de uma Igreja sinodal em saída e, muitas vezes, em contexto de acolhida em vista da busca de orientações para a vivência pessoal e comunitária da fé cristã, implicam caminhar, escutar, orientar e ajudar não só nos momentos de crise e em situações de fragilidade, mas, sobretudo, para se buscar reconhecer e realizar a vontade de Deus no cotidiano da vida. Trata-se, na verdade, de uma mudança de paradigma eclesial em vista da modelagem de um novo *estilo cristão de vida*. Neste sentido, o objetivo deste artigo é aprofundar alguns aspectos de quanto foi apresentado na Exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii gaudium* sobre a “arte do acompanhamento”, bem como na Exortação apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia* e na Exortação apostólica *Gaudete et Exsultate* a respeito do discernimento em contexto de acompanhamento. Isto se faz por meio de uma revisão narrativa de literatura.

O Papa Francisco, fazendo menção à noção de caminho gradual que, por sua vez, faz referência à assim chamada “lei da gradualidade”,¹ aborda o tema do acompanhamento dos processos de crescimento pessoal e, poder-se-ia dizer, familiar e comunitário. O discernimento, aparecendo assim em documentos oficiais da Igreja, tem nisso um lugar central, levando em conta o papel da consciência das pessoas em relação, no contexto familiar, comunitário ou social. Com isso, visa-se contribuir para a continuação da acolhida da *Amoris laetitia*,² apontando para possíveis e necessários desdobramentos desta acolhida, bem como para uma reflexão que se situa, em contexto teológico, num horizonte que é aquele da Teologia da família,³ mas igualmente no movimento de uma renovada acolhida do Concílio Vaticano II, em que o tema da Igreja sinodal provoca a ir em direção ao essencial da fé cristã.⁴ Com efeito, o presente artigo se estrutura em quatro partes: na primeira, debruça-se sobre a noção de “arte do acompanhamento”, proposta por Papa Francisco na *Evangelii gaudium*; em seguida, busca-se escutar o modo como se entende o discernimento em contexto eclesial, levando em conta, em particular, as relações familiares na atualidade; na terceira parte, faz-se uma discussão da relação entre dado subjetivo e dado objetivo na análise da moralidade do ato humano segundo quanto proposto pela Moral Fundamental católica; na quarta e última parte, traz-se um exemplo de aplicação do discernimento, levando em conta a avaliação do ato humano, em particular no que tange ao acompanhamento e ao discernimento da situação de pessoas divorciadas recasadas no seio da Igreja Católica.

1. A “arte do acompanhamento”

Há alguns anos, vem fazendo o seu caminho, na América Latina, como se pode depreender das reflexões, propostas e ações da Pastoral Familiar, a preocupação em relação ao acompanhamento das assim chamadas situações de fragilidade ou difíceis nas relações familiares atuais.⁵

Para tratar do assunto do acompanhamento não só dessas situações familiares, mas também da vida de todo aquele ou aquela que deseja ser acompanhado, parte-se, imediatamente, do número 169 da *Evangelii gaudium*, em que o Papa Francisco afirma:

Numa civilização paradoxalmente ferida pelo anonimato e, simultaneamente, obcecada com os detalhes da vida alheia, descaradamente doente de morbosa curiosidade, a Igreja tem necessidade de um olhar solidário para contemplar, comover-se e parar diante do outro, tantas vezes quantas forem necessárias.

¹ PETRINI, J.; FORNASIER, R., *Família: caminho da sociedade e da Igreja*, p. 67-69.

² CNBB, *Acolhida da Exortação Apostólica Amoris Laetitia pela Igreja no Brasil*, p. 7-8.

³ ROCHETTA, C., *Teologia della famiglia*, p. 9-17.

⁴ GAILLARDETZ, R. R., *Synodality and the Francis Pontificate*, p. 27.

⁵ CELAM, *Familias en situaciones difíciles*, p. 107-130.

Neste mundo, os ministros ordenados e os outros agentes de pastoral podem tornar presente a fragrância da presença solidária de Jesus e o seu olhar pessoal. A Igreja deverá iniciar os seus membros – sacerdotes, religiosos e leigos – nesta “arte do acompanhamento”, para que todos aprendam a descalçar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro (*Ex* 3, 5). Devemos dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão, mas que ao mesmo tempo cure, liberte e anime a amadurecer na vida cristã.⁶

Neste trecho, o primeiro elemento que se pode sublinhar é o desafio pastoral para a Igreja católica que consiste em iniciar a todos os seus membros à arte do acompanhamento. Ou seja, não se trata de algo reservado aos sacerdotes e diáconos. Há uma indicação clara da importância de que leigos, em particular as próprias famílias, sejam sujeitos ativos nessa missão de acompanhamento, discernimento e aconselhamento. Por outro lado, como o Papa recorda na *Amoris laetitia*, os sacerdotes também precisam de uma formação mais adequada no que concerne à família.⁷ Ainda que tenham passado anos no seminário e estudado sobre o tema da confissão, que é hoje o lugar onde há, ou poderia haver, escuta e aconselhamento, embora não se confunda esta com a orientação espiritual, percebe-se a necessidade de se aprofundar mais o assunto.

Nesse sentido, é mais do que pertinente a observação de que talvez precisem da contribuição de profissionais de diferentes áreas, pois não têm respostas prontas para tudo e nem dominam todos os assuntos. “Os profissionais, particularmente aqueles que têm experiência de acompanhamento, ajudam a encarnar as propostas pastorais nas situações reais e nas preocupações concretas das famílias.”⁸ No entanto, requer-se que esse profissional também tenha o conhecimento mínimo em matéria de ética cristã. Por outro lado, como ponderado pelo Papa Francisco na Exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*, recordando que o discernimento é um dom que se deve pedir ao Espírito Santo,

É verdade que o discernimento espiritual não exclui as contribuições de sabedorias humanas, existenciais, psicológicas, sociológicas ou morais; mas transcende-as. Não bastam sequer as normas sábias da Igreja. Lembremo-nos sempre de que o discernimento é uma graça. Embora inclua a razão e a prudência, supera-as, porque trata-se de entrever o mistério daquele projeto, único e irrepetível, que Deus tem para cada um e que se realiza no meio dos mais variados contextos e limites. Não está em jogo apenas um bem-estar temporal, nem a satisfação de realizar algo de útil, nem mesmo o desejo de ter a consciência tranquila. Está em jogo o sentido da minha vida diante do Pai que me conhece e ama, aquele sentido verdadeiro para o qual posso orientar a minha existência e que ninguém conhece melhor do que Ele.⁹

O outro ponto a ser salientado concerne ao grande respeito pela pessoa que se vai acolher. Esse respeito, segundo a *Evangelii gaudium*, implica uma série de atitudes por parte de quem acolhe e aconselha:

Hoje mais do que nunca precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reine a prudência, a capacidade de compreensão, a arte de esperar, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender as ovelhas a nós confiadas dos lobos que tentam desgarrar o rebanho.¹⁰

Essas atitudes, que são suscitadas para que existam bons acompanhadores, por assim dizer, irão precisamente transformar aquela situação apontada nas respostas às consultas realizadas em preparação aos dois sínodos sobre a família, nas quais “assinalava-se que, em situações difíceis ou críticas, a maioria

⁶ EG 169.

⁷ AL 202.

⁸ AL 204.

⁹ GE 170.

¹⁰ EG 171.

não recorre ao acompanhamento pastoral, porque não o sente compreensivo, próximo, realista, encarnado.”¹¹

É por isso que o Papa insiste:

Quem acompanha sabe reconhecer que a situação de cada pessoa diante de Deus e a sua vida em graça são um mistério que ninguém pode conhecer plenamente a partir do exterior. O Evangelho propõe-nos que se corrija e ajude a crescer uma pessoa a partir do reconhecimento da maldade objetiva das suas ações (*Mt* 18, 15), mas sem proferir juízos sobre a sua responsabilidade e culpabilidade (*Mt* 7, 1; *Lc* 6, 37). Seja como for, um válido acompanhante não transige com os fatalismos nem com a pusilanimidade. Sempre convida a querer curar-se, a pegar no catre (*Mt* 9, 6), a abraçar a cruz, a deixar tudo e partir sem cessar para anunciar o Evangelho. A experiência pessoal de nos deixarmos acompanhar e curar, conseguindo exprimir com plena sinceridade a nossa vida a quem nos acompanha, ensina-nos a ser pacientes e compreensivos com os outros e habilita-nos a encontrar as formas para despertar neles a confiança, a abertura e a vontade de crescer.¹²

O terceiro elemento para o qual se pode chamar a atenção no trecho da *Evangelii gaudium* citado ao início desta primeira parte deste artigo é a proximidade. Essa proximidade é feita de disponibilidade concreta e de uma adequada escuta ou de uma escuta ativa, para empregar uma terminologia usada no meio dos profissionais da área do aconselhamento. A Conferência Episcopal Latino-americana, reunida em Aparecida (Brasil), escreve em seu documento final: “Invocamos o Espírito Santo para podermos dar o testemunho de proximidade que entranha proximidade afetiva, escuta, humildade, solidariedade, compaixão, diálogo, reconciliação, compromisso com a justiça social e capacidade de compartilhar, como Jesus o fez.”¹³

Por sua vez, o Papa Francisco, na *Evangelii gaudium*, escreve o seguinte sobre a escuta:

Precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. Escutar ajuda-nos a individuar o gesto e a palavra oportunos que nos desinstalam da cômoda condição de espectadores. Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o anelo de desenvolver o melhor de quanto Deus semeou na nossa própria vida.¹⁴

Ainda nesse número da *Evangelii gaudium*, insiste-se na necessidade de se trilhar um caminho com as outras pessoas demonstrando-lhes paciência, pois muitas vezes percebem o bem que deveriam estar buscando e realizando, mas os condicionamentos provindos de inclinações contrárias ao bem que se deve buscar dificultam com frequência uma decisão livre para abraçar o que a objetividade da avaliação moral lhe mostra a ser feito.

Por isso, faz falta “uma pedagogia que introduza a pessoa passo a passo até chegar à plena apropriação do mistério” Para se chegar a um estado de maturidade, isto é, para que as pessoas sejam capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso dar tempo ao tempo, com uma paciência imensa. Como dizia o Beato Pedro Fabro: “O tempo é o mensageiro de Deus”.¹⁵

O acompanhamento também visa à evangelização, ou seja, à transmissão daquilo que recebemos pela ação de Deus em nossas vidas, por meio daqueles e daquelas que se tornam seus embaixadores. Afirma o Papa Francisco:

¹¹ AL 234.

¹² EG 172.

¹³ CELAM, DAp 363.

¹⁴ EG 171.

¹⁵ EG 171.



O acompanhamento espiritual autêntico começa sempre e prossegue no âmbito do serviço à missão evangelizadora. A relação de Paulo com Timóteo e Tito é exemplo deste acompanhamento e desta formação durante a ação apostólica. Ao mesmo tempo que lhes confia a missão de permanecer numa cidade concreta para “acabar de organizar o que ainda falta” (Tt 1, 5; 1 Tm 1, 3-5), dá-lhes os critérios para a vida pessoal e a atividade pastoral. Isto é claramente distinto de todo o tipo de acompanhamento intimista, de autorrealização isolada. Os discípulos missionários acompanham discípulos missionários.¹⁶

Na Exortação pós-sinodal *Amoris laetitia*, encontra-se também algumas situações que pedem a atenção de toda a comunidade eclesial, desde o mais simples leigo até a pessoa do bispo. Pode-se apontar, em primeiro lugar, para o acompanhamento em vista de uma boa preparação ao matrimônio. Tal acompanhamento entra na lógica de uma preparação remota, ou seja, bem anterior à preparação próxima, que concerne à preparação propriamente dita para o matrimônio, e à preparação imediata, que concerne à organização e realização da celebração do matrimônio. O acompanhamento ajudará amadurecer o amor por meio da proximidade e do testemunho.¹⁷

A necessidade de um acompanhamento pastoral que continue depois da celebração do sacramento do matrimônio também é salientada com força.¹⁸ Como pode haver muita confusão sobre o sentido real do sacramento e sobre os deveres da vida de família, “torna-se indispensável o acompanhamento dos esposos nos primeiros anos de vida matrimonial, para enriquecer e aprofundar a decisão consciente e livre de se pertencerem e amarem até ao fim.”¹⁹ Será também nesse contexto que o acompanhamento pessoal proporcionará um diálogo consciente, sereno, fundamentado sobre a generosidade da comunicação da vida, ou seja, da acolhida dos filhos. Sem essa proximidade e um caminho de aprofundamento, tal perspectiva cristã católica parece ser sempre retrógrada e moralista.²⁰

Francisco recorda os grandes desafios diante das situações de muitos que desaparecem após a celebração do matrimônio, mas em relação aos quais deve-se estar aberto:

É verdade que muitos casais de esposos desaparecem da comunidade cristã depois do matrimônio, mas com frequência desperdiçamos algumas ocasiões em que eles voltam a estar presentes e nas quais poderíamos tornar a propor-lhes, de forma atraente, o ideal do matrimônio cristão e aproximá-los a espaços de acompanhamento.²¹

As situações das pessoas divorciadas recasadas “exigem um atento discernimento e um acompanhamento com grande respeito.”²² Afirmo o texto da *Amoris laetitia* que: “A lógica da integração é a chave do seu acompanhamento pastoral, para saberem que não só pertencem ao Corpo de Cristo que é a Igreja, mas podem também ter disso mesmo uma experiência feliz e fecunda (...).”²³ O texto da *Amoris laetitia* também recorda a necessidade de se acompanhar as pessoas divorciadas que não se recasaram.²⁴ Por fim, mas sem pretender esgotar todas as situações familiares que solicitam uma atitude de proximidade e acompanhamento, Francisco indica a necessidade de se assegurar um respeitoso acompanhamento às relações familiares “para que quantos manifestam a tendência homossexual possam

¹⁶ EG 173.

¹⁷ AL 208.

¹⁸ AL 223. Aqui, Francisco se refere a João Paulo II na *Familiaris consortio*, parte III do documento.

¹⁹ AL 217.

²⁰ AL 222.

²¹ AL 230.

²² AL 243.

²³ AL 299.

²⁴ AL 242.

dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida.”²⁵

2. O “estilo cristão do discernimento”

Muito se falou e muito se fala do discernimento das situações de casais que estão ou unidos somente no civil, ou simplesmente em união estável. Contudo, o tema do discernimento é um tema importantíssimo na caminhada da Igreja ao longo dos séculos. Ele faz parte do seu vasto patrimônio de reflexão teológica e do seu modo de agir no mundo. Recorde-se, por exemplo, a importante contribuição de Santo Inácio de Loyola, que legou à Igreja os *Exercícios Espirituais*²⁶ como meio de discernimento dos caminhos ou dos chamados que Deus faz ao ser humano. Há sempre uma “*elección*” ou escolha a ser feita ao final dos *Exercícios*. Com certa familiaridade em relação à proposta dos exercícios espirituais, afirma o Papa Francisco na Exortação *Gaudete et Exsultate*: “Como é possível saber se algo vem do Espírito Santo ou se deriva do espírito do mundo e do espírito maligno? A única forma é o discernimento.”²⁷ E continua:

O discernimento não é necessário apenas em momentos extraordinários, quando temos de resolver problemas graves ou quando se deve tomar uma decisão crucial; mas é um instrumento de luta, para seguir melhor o Senhor. É-nos sempre útil, para sermos capazes de reconhecer os tempos de Deus e a sua graça, para não desperdiçarmos as inspirações do Senhor, para não ignorarmos o seu convite a crescer. Frequentemente isto decide-se nas coisas pequenas, no que parece irrelevante, porque a magnanimidade mostra-se nas coisas simples e diárias. Trata-se de não colocar limites rumo ao máximo, ao melhor e ao mais belo, mas ao mesmo tempo concentrar-se no pequeno, nos compromissos de hoje.²⁸

O Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Gaudium et spes*, se refere à capacidade de interpretar ou discernir “os sinais dos tempos”. Ou seja, saber, como Paulo, discernir tudo para se desvencilhar do que é ruim e ficar com o que é bom.²⁹ Com efeito, o verbo discernir significa uma ação que busca separar, distinguir para poder ter clareza da natureza das coisas e, assim, num segundo momento, poder orientar-se em relação ou em meio àquilo que é discernido.

Portanto, o discernimento em contexto de acompanhamento pastoral das relações familiares em nossos dias, insere-se numa mais ampla perspectiva de atitude eclesial de discernimento.

Compreendido como “estilo cristão de vida”, o discernimento não é evocado somente em referimento a notórias situações de crise ou fragilidades familiares, mas como forma de exercício do cristianismo para enfrentar com lucidez e realismo a finalidade de dar razão e honra ao que dá sustento ao pacto conjugal e familiar. O discernimento é um processo de conscientização reflexiva e operativa que se impõe em todas as articulações da história de vida familiar e como experiência de crescimento não somente do casal-família, mas da mais vasta comunidade cristã e da Igreja.³⁰

Centrando a atenção na realidade familiar, em particular a partir da *Amoris laetitia*, o tema do exercício do discernimento é descrito pelo Papa Francisco como modo de “ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja

²⁵ AL 250.

²⁶ Refere-se aqui aos escritos de Santo Inácio de Loyola intitulados Exercícios Espirituais, divulgados e publicados ao longo de cerca de cinco séculos. (Siga as normas da revista para citação)

²⁷ GE 166.

²⁸ GE 169.

²⁹ 1 Ts 5,21.

³⁰ GUENZL, D., *Lo stile cristiano del discernimento e le sue pratiche*, p. 21. (tradução nossa).

branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus.”³¹ Assim sendo, segundo Francisco,

Isto fornece-nos um quadro e um clima que nos impedem de desenvolver uma moral fria de escritório quando nos ocupamos dos temas mais delicados, situando-nos, antes, no contexto dum discernimento pastoral cheio de amor misericordioso, que sempre se inclina para compreender, perdoar, acompanhar, esperar e sobretudo integrar.³²

A noção de discernimento que o Papa Francisco recorda com muita ênfase na Exortação pós-sinodal *Amoris laetitia* pode e deve ser aplicada não somente às situações mencionadas sobretudo no Capítulo VIII do documento, mas também ao serviço de acompanhamento e aconselhamento conjugal e familiar que acolhe as situações de crise no matrimônio, de educação dos filhos, de paternidade e maternidade responsáveis, enfim a todas as situações familiares, pois já que nelas sempre haverá decisões a serem tomados diante de Deus, do próximo (cônjuge, filhos, família alargada etc.) e diante de toda a sociedade. Esse discernimento deve partir da Palavra de Deus, que “é não só uma boa nova para a vida privada das pessoas, mas também um critério de juízo e uma luz para o discernimento dos vários desafios que têm de enfrentar os cônjuges e as famílias”.³³

Quando se aborda o tema da “arte do acompanhamento”, poderíamos dizer que arte maior é a do discernimento. No acompanhamento, a “arte do discernimento” é que dará o tom da caminhada. É por isso que se afirma que “o discernimento é dinâmico e deve permanecer sempre aberto para novas etapas de crescimento e novas decisões que permitam realizar o ideal de forma mais completa.”³⁴ Trata-se dum itinerário de acompanhamento que orienta as pessoas na tomada de consciência da sua situação diante de Deus.³⁵ Esse discernimento é proposto para a situação de divorciados recasados, mas igualmente para tantas outras situações que se apresentam à Igreja para serem acompanhadas, sem que com isso se corra o risco de cair em uma “moral dupla”, na medida em que o discernimento for realizado de modo responsável, discreto, com seriedade de todas as partes e com o sincero desejo de estar em comunhão com a Igreja.³⁶

Com efeito, aos pastores compete não só a promoção do matrimônio cristão, mas também “o discernimento pastoral das situações de muitas pessoas que deixaram de viver esta realidade”, para “entrar em diálogo pastoral com elas a fim de evidenciar os elementos da sua vida que possam levar a uma maior abertura ao Evangelho do matrimônio na sua plenitude”. No discernimento pastoral, convém “identificar elementos que possam favorecer a evangelização e o crescimento humano e espiritual”.³⁷

Essa perspectiva aponta para um objetivo de ajudar no que tange à missão da Igreja, compreendida como povo de Deus a caminho, de acompanhar e aconselhar as pessoas com quem partilha a vida comunitária e, portanto, a experiência pessoal e comunitário de fé; com quem se encontra no quotidiano dessa experiência, ou a quem o Senhor deseja que se encontre. Porém, adentrar nessa “arte do discernimento” exige um esforço de reflexão e tematização atual dos princípios morais como sugerido pelo Papa Francisco:

Peço encarecidamente que nos lembremos sempre de algo que ensina São Tomás de Aquino e aprendamos a assimilá-lo no discernimento pastoral: “Embora nos princípios gerais tenhamos o caráter necessário, todavia à medida que se abordam os casos particulares, aumenta a indeterminação (...). No âmbito da ação,

³¹ AL 305.

³² AL 312.

³³ AL 227.

³⁴ AL 303.

³⁵ AL 300.

³⁶ AL 300.

³⁷ AL 293.

a verdade ou a retidão prática não são iguais em todas as aplicações particulares, mas apenas nos princípios gerais; e, naqueles onde a retidão é idêntica nas próprias ações, esta não é igualmente conhecida por todos. (...) Quanto mais se desce ao particular, tanto mais aumenta a indeterminação”. É verdade que as normas gerais apresentam um bem que nunca se deve ignorar nem transcurar, mas, na sua formulação, não podem abarcar absolutamente todas as situações particulares. Ao mesmo tempo é preciso afirmar que, precisamente por esta razão, aquilo que faz parte dum discernimento prático numa situação particular não pode ser elevado à categoria de norma. Isto não só geraria uma casuística insuportável, mas também colocaria em risco os valores que se devem preservar com particular cuidado.³⁸

Esta reflexão de Francisco interpela a compreender mais e melhor a relação entre as normas gerais e os casos particulares, em especial por meio da avaliação do ato humano, proposta pela doutrina moral da Igreja, em que estão em jogo aspectos subjetivos e objetivos do agir.

3. Subjetividade humana e discernimento do agir moral

Na *Amoris laetitia*, apareceu com ênfase a necessidade de se dar mais espaço à consciência dos fiéis nas tomadas de decisão nas relações familiares.³⁹ Embora tal apelo feito pelo Papa Francisco se insira numa longa tradição moral, é fato que a atenção à subjetividade humana, em contexto de juízo moral dos atos humanos, parece muitas vezes não receber a devida atenção numa avaliação que valoriza mais os elementos objetivos do ato moral. Por outro lado, no âmbito da Teologia, a Antropologia, a Moral e a Pastoral deparam-se com uma crescente “subjetivização” da vida, tornando a avaliação moral do dado objetivo de uma ação relativa aos valores e percepções da realidade do agente, que eleva sua consciência como última instância de juízo moral das ações que pratica.⁴⁰ A Encíclica *Veritatis splendor* do então Papa São João Paulo II já sinalizara para este risco de um certo subjetivismo ou psicologismo, bem como para outras correntes de avaliação moral do ato humano que, acentuando a escolha de bons fins, aquelas intencionalistas e/ou finalistas (teleologismo), de um lado, ou, de outro, os condicionamentos do contexto e situação de vida de pessoas quase como determinantes de seu agir, como as correntes sociologistas, condicionalistas e/ou circunstancialistas, acabam por fazer pesar o juízo moral de um lado ou de outro da realidade humana.

Tal polarização, no que diz respeito à consciência do sujeito, reflete certa tensão que também deve ser levada em conta quando se trata de acompanhar e discernir em vista da busca pela dignidade da pessoa humana por meio de um agir que, de fato, visa ao que é justo e verdadeiro. Esta tensão em relação ao juízo da consciência do ser humano está presente nos desenvolvimentos da Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, quando salienta a dignidade da consciência, onde ressoa o chamado a fazer o bem e a evitar o mal, como num “santuário” onde o ser humano se encontra a sós com Deus e, ao mesmo tempo, recorda que, mesmo errando, esta consciência não perde a sua dignidade.⁴¹ A preocupação com a formação das consciências vai de par com o respeito pelas decisões livres das pessoas tomadas em consciência, como afirma o próprio Concílio Vaticano II: “Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja movido e induzido pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa.”⁴²

Na avaliação moral do ato humano, lida-se com um difícil equilíbrio entre subjetividade humana e o dado objetivo da realidade que o constitui e o circunda. Tal dificuldade apela, assim, para a necessidade de um discernimento que não seja pura aplicação formal da doutrina contida no Catecismo da Igreja Católica sobre as fontes do ato, quais sejam: a intenção ou finalidade do ato; a matéria mesma

³⁸ AL 304.

³⁹ AL 37, 42, 149, 181, 222, 267, 298, 303, 308.

⁴⁰ GIROTTI, G. *Amoris laetitia*: a importância da consciência e do discernimento, p. 17.

⁴¹ GS 16.

⁴² GS 17.

ou objeto do ato; e as circunstâncias, que englobam também as consequências do ato.⁴³ Nesses parágrafos, o Catecismo busca explicitar a manutenção da relação entre o dado subjetivo e objetivo do ato realizado por aquele que o pratica.

É, portanto, errôneo julgar a moralidade dos atos humanos tendo em conta apenas a intenção que os inspira, ou as circunstâncias (meio, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir, etc.) que os enquadram. Há atos que, por si e em si mesmos, independentemente das circunstâncias e das intenções, são sempre gravemente ilícitos em razão do seu objeto; por exemplo, a blasfêmia e o jurar falso, o homicídio e o adultério. Não é permitido fazer o mal para que dele resulte um bem.⁴⁴

Neste sentido, na árdua tarefa de avaliação dos atos humanos, no campo do acompanhamento e do discernimento, pode-se acrescentar o quanto afirmado pela *Veritatis splendor*: “Nunca é aceitável confundir um erro ‘subjetivo’ acerca do bem moral com a verdade ‘objetiva’.”⁴⁵

No entanto, nem sempre um ato em si mesmo grave terá a sua responsabilidade atribuída ao seu agente com o mesmo peso de gravidade. Isso porque “a imputabilidade e responsabilidade dum ato podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais.”⁴⁶ Nesta mesma linha, a *Veritatis splendor* afirma que: “o mal cometido [dado objetivo] por causa de uma ignorância invencível ou de um erro de juízo [dado subjetivo] não culpável, pode não ser imputado à pessoa [subjetivamente] que o realiza; mas, também neste caso, aquele não deixa de ser um mal [objetivamente], uma desordem face à verdade do bem.”⁴⁷ Note-se aqui o destaque feito no texto, como inserções entre colchetes, para aquilo que é da ordem subjetiva e o que é da objetiva, a fim de facilitar ao leitor uma melhor articulação desses dois âmbitos. Disso se depreende que um ato grave em si, ou seja, cuja matéria é grave, não será necessariamente imputado ao seu autor como um pecado grave por conta dos já conhecidos conceitos, em matéria de Teologia Moral Fundamental, de ignorância invencível ou de um erro de juízo. Isto porque, como recorda a *Veritatis splendor* quando trata do pecado grave, “a afirmação do Concílio de Trento não considera só a ‘matéria grave’ do pecado mortal [dado objetivo], mas lembra também, como sua condição necessária, ‘a plena advertência e o consentimento deliberado’ [dados subjetivos].”⁴⁸

Aqui se contenta em manter a perspectiva do Magistério da Igreja que optou por não fazer uma distinção entre pecado grave e pecado mortal.⁴⁹ Assim sendo, pode-se ainda insistir com a *Veritatis splendor* a respeito da imputabilidade da responsabilidade de um ato:

De resto, quer na teologia moral quer na prática pastoral, são bem conhecidos os casos onde um ato grave, por causa da sua matéria [dado objetivo do ato], não constitui pecado mortal devido à falta de plena advertência ou do consentimento deliberado [dado subjetivo do ato]. [...] Podem, sem dúvida, verificar-se situações muito complexas e obscuras sob o ponto de vista psicológico, que influem na imputabilidade subjetiva do pecador.⁵⁰

Portanto, um ato objetivamente grave pode subjetivamente não ser imputado como tal ao seu agente.

⁴³ CEC 1749-1761.

⁴⁴ CEC 1756.

⁴⁵ VS 63.

⁴⁶ CEC 1735.

⁴⁷ VS 63.

⁴⁸ VS 70.

⁴⁹ Curiosamente, os quatro cardeais que escreveram as 5 *dubia* sobre o texto da *Amoris laetitia* afirmam que: “(...) la situazione soggettiva di peccato mortale e la situazione oggettiva di peccato grave è ben stabilita nell’insegnamento della Chiesa.” Francisco não faz a distinção entre pecado grave e pecado mortal, como também não o faz o Magistério recente da Igreja Católica. MAGISTER, S., “Fare chiarezza”. L’appello di quattro cardinali al papa, 2.

⁵⁰ VS 70



4. Uma aplicação concreta do discernimento: divorciados recasados

O Papa Francisco, na *Amoris laetitia*, não rompe com a longa tradição moral da Igreja Católica, mas, na continuidade de quanto exposto acima, propõe ulteriores aprofundamentos que não ferem a coerência dos princípios morais cristãos para a realização de um ato humano bom. Com certeza, seus aprofundamentos não devem ser interpretados superficialmente nem encaminhados às pressas, dada a complexidade das diversas situações humanas.⁵¹ O Capítulo VIII da *Amoris laetitia*, intitulado “Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade”, foi centrado todo ele sobre a perspectiva de um discernimento sobre a realidade familiar, eclesial e, por que não afirmar, também social das diversas situações familiares que não correspondem ao ideal do matrimônio católico. Sobre esse capítulo, muito se discutiu e muito há ainda o que aprofundar.⁵² Em seu número 302, fazendo referência ao Catecismo, ao número 1735, citado anteriormente neste artigo, Francisco fundamenta sua reflexão sobre as circunstâncias atenuantes da imputabilidade e responsabilidade de um ato, e conclui: “Por esta razão, um juízo negativo sobre uma situação objetiva não implica um juízo sobre a imputabilidade ou a culpabilidade da pessoa envolvida.”⁵³ Observe-se, que, ao discorrer nesse número sobre a imputabilidade e a responsabilidade, o Papa se refere a um trecho do número 70 da *Veritatis splendor*, em nota de rodapé, que, na verdade, é citação da Exortação apostólica pós-sinodal *Reconciliatio et poenitentia* de São João Paulo II, texto este comentado anteriormente.⁵⁴

No número 305 da *Amoris laetitia*, abordando justamente o tema do discernimento na aplicabilidade das normas gerais em situações particulares, Francisco afirma:

Por causa dos condicionalismos ou dos fatores atenuantes, é possível que uma pessoa, no meio duma situação objetiva de pecado – mas subjetivamente não seja culpável ou não o seja plenamente –, possa viver em graça de Deus, possa amar e possa também crescer na vida de graça e de caridade, recebendo para isso a ajuda da Igreja.⁵⁵

Aqui está um dos pontos mais nevrálgicos da Exortação, a saber, a nota 351, na qual se afirma que:

Em certos casos, poderia haver também a ajuda dos sacramentos. Por isso, ‘aos sacerdotes, lembro que o confessional não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor’.⁵⁶ E de igual modo assinalo que a Eucaristia ‘não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os fracos’.⁵⁷

Essa perspectiva é reforçada quando se volta ao número 300 do documento, em que se afirma: “uma vez que ‘o grau de responsabilidade não é igual em todos os casos’ (*Relatio finalis*) as consequências ou efeitos duma norma não devem necessariamente ser sempre os mesmos.”⁵⁸ Ao final deste trecho, a nota 336 observa:

E também não devem ser sempre os mesmos na aplicação da disciplina sacramental, dado que o discernimento pode reconhecer que, numa situação particular, não há culpa grave. Neste caso, aplica-se o que afirmei noutro documento: Exortação apostólica *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 44.47: AAS 105 (2013), 1038-1040.

⁵¹ AL 2.

⁵² GRANADOS, J.; KAMPOWSKI, S.; PÉREZ-SOBA, J. J., Acompanhar, discernir, integrar, p. 5-6.

⁵³ AL 302.

⁵⁴ Veja-se a nota de rodapé de número 344 da AL 302.

⁵⁵ AL 305.

⁵⁶ EG 44.

⁵⁷ EG 47.

⁵⁸ AL 300.

A partir destas notas e dos contextos nos quais elas se inserem, iniciou-se e vem fazendo o seu caminho um certo consenso teológico-pastoral sobre a possibilidade efetiva de admissão de divorciados recasados aos sacramentos, desde que, para isso, haja um discernimento criterioso, caso a caso,⁵⁹ sem precipitação e desejo de resolver temas complexos com supostos atos de acolhida, que saiba, com verdade e misericórdia, incluir o tema do fracasso na história de vida daqueles fieis que passaram por tal experiência.⁶⁰ Nesta perspectiva, muito próximo de quanto proposto por Kasper,⁶¹ pode-se individuar alguns pontos a serem levados em conta no processo de discernimento, realizado por meio de um acompanhamento personalizado. No número 300 da *Amoris laetitia*, o texto deixa claro que é dever do sacerdote, em diálogo com o bispo, acompanhar quem demonstra interesse em fazer um caminho de discernimento segundo os ensinamentos da Igreja Católica. Em referência a esse número, pode-se elencar as seguintes atitudes e posturas, em se tratando dos divorciados recasados:

- Fazer um exame de consciência em momentos de reflexão e arrependimento;
- Indagar sobre o comportamento em relação aos filhos;
- Ponderar sobre quando a união começou a ter crises;
- Questionar se houve tentativa de reconciliação;
- Questionar como se encontra o cônjuge abandonado;
- Perceber as consequências da nova relação sobre a família e a comunidade;
- Indagar sobre que exemplo é dado aos jovens que se preparam para o matrimônio;
- Refletir com sinceridade no foro interno;
- Pensar nas exigências evangélicas de verdade e caridade propostas pela Igreja;
- Garantir as necessárias condições de humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina
- Buscar sinceramente a vontade de Deus e o desejo de chegar a uma resposta mais perfeita à mesma;
- Evitar o risco de concessão de exceções e privilégios sacramentais.

Conclusão

Aparecem claras não só a orientação, mas as reflexões fundamentadas de Papa Francisco na teologia e na pastoral da Igreja Católica quanto ao acompanhamento em vista de um discernimento segundo a justiça e a misericórdia na vida pessoal e comunitária, em perspectiva de um caminho de crescimento no que diz respeito à experiência de fé pessoal e comunitária, não só nos momentos de crise e de fragilidade. O discernimento é assumido, assim, em documentos oficiais da Igreja, sobretudo na *Amoris laetitia* e na *Gaudete et Exsultate*, mas também na *Evangelii gaudium*. Um discernimento que abarca decididamente o papel da consciência das pessoas em relação, tanto no contexto familiar quanto no comunitário ou social. As reflexões até aqui desenvolvidas contribuem para a continuação da recepção ativa da *Amoris laetitia* em contexto brasileiro, apontando para possíveis e necessárias possibilidades desta acolhida, bem como para uma reflexão que se situe, em contexto teológico, num desdobramento desejado de Teologia da família, que vai além de uma Teologia exclusivamente voltada para a Teologia do Sacramento do Matrimônio, demasiadamente tratadas somente por considerações canônico-jurídicas. Está subjacente aos desenvolvimentos que ora se concluem uma visão antropológica, que recebe luzes das ciências humanas e sociais no que concerne à análise do agir humano, levando em conta não somente a objetividade do ato, mas também a subjetividade humana. Tais desenvolvimentos trouxeram uma possibilidade de ajudar a tematizar na atualidade as questões ligadas às relações familiares em âmbito Teológico católico, mas não só.

⁵⁹ GONON, F., *Amoris Laetitia*. La doctrine du Bon Pasteur, p. 123-133.

⁶⁰ SCHOCKENHOFF, E., La chiesa e i divorziati risposati, p. 135-163.

⁶¹ KASPER, V., Il vangelo della famiglia, p. 50-52.

Pode-se, deste modo, concluir que, inserindo-se na secular tradição moral católica, em particular no que tange à avaliação moral do ato humano, Francisco trouxe necessários e fundamentados argumentos em vista do discernimento das diversas situações familiares, cada vez mais presentes na vida e na missão da Igreja. Propõe-se, assim, um *estilo cristão de discernimento* como um *modus operandi* eclesial para fins de uma aplicação justa, verdadeira e, ao mesmo tempo, misericordiosa das normas morais gerais em situações particulares vivenciadas por tantos fieis católicos e por aqueles e aquelas aos quais a Igreja Católica se dirige.

Referências bibliográficas

CATECISMOS DA IGREJA CATÓLICA. Brasília: Edições da CNBB, 2022.

CELAM. **Familias en situaciones difíciles.** Acompañamiento Pastoral. Bogotá: CELAM, 2013.

CELAM. **Documento de Aparecida:** Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB, 2007.

CNBB. **Acolhida da Exortação Apostólica Amoris Laetitia pela Igreja no Brasil.** - Sendas vol. 09. Brasília: CNBB, 2017.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática Gaudium et spes.** Sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 2002.

FRANCISCO, PP. **Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia:** sobre o amor na família. São Paulo: Paulus, 2016.

FRANCISCO, PP. **Exortação apostólica Evangelii gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.** Documentos Pontifícios 17, Brasília: CNBB, 2013.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica “Gaudete et Exsultate - Alegrai-vos e exultai”:** Exortação Apostólica do Santo Padre Francisco sobre o chamado à santidade no mundo atual. Documentos do Magistério. São Paulo: Loyola, 2018.

GAILLARDEZ, R. R. Synodality and the Francis Pontificate: A Fresh Reception of Vatican II. In: **INAUGURAZIONE DELL'ANNO ACCADEMICO 2022/2023.** Città del Vaticano: Pontificio Istituto Teologico Giovanni Paolo II per le Scienze del Matrimonio e della Famiglia, 2022, p. 1-45.

GIROTTI, G. **Amoris laetitia. A importância da consciência e do discernimento.** Brasília: CNBB, 2021.

GONON, F. **Amoris Laetitia:** La doctrine du Bon Pasteur: Regard d'un curé de paroisse e théologien. Paris : Emmanuel, 2017.

GUENZI, P. D. **Lo stile cristiano del discernimento e le sue pratiche.** Anthropotes, Roma, v. 38, n. 1-2, p. 13-22, 2022.

GRANADOS, J.; KAMPOWSKI, S.; PÉREZ-SOBA, J. J. **Acompanhar, discernir, integrar:** Guia para uma nova pastoral familiar a partir da exortação Amoris Laetitia. Lisboa: Aletheia, 2019.

JOÃO PAULO, PP. **O Esplendor da Verdade** - Carta Encíclica de João Paulo II *Veritatis splendor*. São Paulo: Paulinas, 1998.

KASPER, W. **Il Vangelo della famiglia.** Brescia: Queriniana, 2014.

MAGISTER, S., "Fare chiarezza". L'appello di quattro cardinali al papa. **Chiesa Espressonline**, 14 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1351414.html>> Acesso em: 15 nov. 2022.

PETRINI, J. C.; FORNASIER, R. C. **Família:** caminho da sociedade e da Igreja: A geração dos vínculos: pessoa, família, comunidade e sociedade. São Paulo: Loyola, 2015.

ROCCHETTA, C. **Teologia della famiglia:** Fondamenti e prospettive. Bologna: EDB, 2011.

SCHOCKENHOFF, E. **La Chiesa e i divorziati risposati.** Questioni aperte. Brescia: Queriniana, 2014.

Rafael Cerqueira Fornasier

Doutor em Teologia pelo Pontifício Instituto Teológico João Paulo II - Roma
Docente do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da
Universidade Católica do Salvador
Salvador / BA – Brasil
E-mail: perafaelfornasier@gmail.com

Recebido em: 01/12/2023

Aprovado em: 15/03/2023